

Programa nacional de educação da reforma agrária. Uma política de educação brasileira para o campo.

Severino Bezerra da Silva.

Cita:

Severino Bezerra da Silva (2009). *Programa nacional de educação da reforma agrária. Uma política de educação brasileira para o campo.* XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/2062>

Programa nacional de educação da reforma agrária

Uma política de

educação brasileira

para o campo

Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva¹

-UFPB/Brasil

bezerra.prof@hotmail.com

O PRONERA² surgiu no ano de 1998, através da Portaria N° 10/98, do Governo Federal, resultado de uma parceria entre governo, universidades e movimentos sociais rurais, vislumbrando desencadear uma política de Educação de Jovens e Adultos nos assentamentos da reforma agrária no Brasil. Dessa forma, o PRONERA passou a representar um legítimo canal para promover políticas públicas que atenda as necessidades dos assentamentos rurais, no tocante aos elevados índices de analfabetismo, como baixa escolaridade e profissionalização dos assentados, conforme (I Censo da Reforma Agrária do Brasil, 1996).

O Programa encontra-se embasado nas concepções de uma prática educativa ligadas aos princípios de uma educação do campo e não no campo, visando, sobretudo, fortalecer as

¹ Doutor em Sociologia pela PUC/SP – Professor Adjunto III da UFPB/CE – Grupo de pesquisa pela CAPES: Educação e Movimentos Sociais – Interfaces entre o rural e o urbano – Coordenador-Geral do Projeto Escolarização de Jovens e Adultos em Assentamentos Rurais da Paraíba PRONERS/CPT/UFPB – Brasil.

² No I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), em Brasília no ano de 1997, promovido pelos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conjuntamente com a Universidade de Brasília (UnB), a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (UNICEF) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), deu origem ao PRONERA, logo após, o MST e seus parceiros realizaram, na cidade de Luziânia (GO), a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, um marco para a política pública de alfabetização, escolarização e profissionalização na modalidade Educação de Jovens e Adultos em áreas de acampamentos assentamentos da reforma agrária.

experiências e identidades sociais dos camponeses que se organizaram, lutaram e conquistaram a terra para viver e trabalhar. Dessa forma em sua pauta pretende propiciar processos educativos não-formais e formais de: alfabetização e escolarização (ensino fundamental e médio), a formação de educadores (as), cursos profissionalizantes e superiores para jovens e adultos que habitam em assentamentos da reforma agrária.

No caso específico da Educação de Jovens e Adultos objetiva projetos de alfabetização e escolarização possibilitando a continuidade nos estudos escolares nos Ensino Fundamental e Médio, por meio de diversos projetos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, por possuírem os maiores índices de analfabetismo, além de alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do Ensino Fundamental, capacita pedagogicamente educadores e fortalecer os canais organizativos e participativos das áreas de assentamentos, nas questões educacionais, produtivas, e tantas outras relacionadas ao cotidiano das famílias assentadas.

O Ensino Médio técnico profissionalizante atende a diversas carências dos assentamentos como na área educacional, com o curso normal(formação para o magistério), na área de agricultura com cursos agrícolas e agroindustriais. E no tocante ao ensino superior (graduação e de especialização), garante a formação profissional, em cursos na área de Pedagogia, Licenciatura em História, Agronomia, Administração, Ciências Agrárias, Medicina Veterinária, em áreas que capacitam jovens e adultos para responderem às questões fundamentais ao mundo dos camponeses assentados, como educação, produção, organização, sustentabilidade. E no campo da relação universidade e os assentamentos rurais, além de promover o diálogo e a pesquisa científica, possibilita a democratização através do acesso e permanência de jovens de origem popular oriundos do campo na universidade pública.

É prioridade para o PRONERA que em seus projetos os educadores e coordenadores locais sejam jovens e adultos ligados aos próprios assentamentos, com o intuito de fortalecer as potencialidades locais, a formação e escolaridade dos educadores e a formação de lideranças jovens, o que nem sempre é viável pela própria ausência de quadros com tais habilidades pedagógicas e políticas.

No manual de operacionalização do PRONERA, observamos princípios básicos norteadores de suas ações como: o participativo, o interativo, o multiplicador, e o inclusivo. A PARTICIPAÇÃO (Manual de Operação de 1998, 2001 e 2004) assegura o envolvimento-participativo da comunidade em todos os processos, desde a elaboração, e execução e avaliação nos projetos; a INTERAÇÃO ocorre entre eles e avança para as parcerias com órgãos governamentais (INCRA, UFPB, FUNDAÇÕES e órgãos locais). O princípio da MULTIPLICAÇÃO fortalecer e

ampliar as potencialidades locais em vários aspectos, dos educandos e educadores, de outras representações e as ações locais. E o aspecto da INCLUSÃO que aparece em 2004, objetiva essa política como um espaço de direitos e conquista da cidadania.

A realidade escolar dos assentamentos rurais no Brasil foi revelada através dos dados apontados pelo Censo da Reforma Agrária (1997), nos quais, a média nacional de analfabetismo era de 39,41 %, chegando a 66,63% na região Nordeste do país, situação que denuncia a carência, em caráter urgentíssimo, de políticas públicas que possam amenizar a curto e médio prazo tal problemática. Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO de 1999 e 2002 mostram que o “PRONERA atendeu 105.491 assentados inscritos nos cursos de alfabetização, elevação de escolaridade e formação técnico-profissional, dos quais 56.776 concluíram o nível ou modalidade de estudo pretendida. E que, dentre todas as regiões, o Nordeste foi o mais beneficiado pelo Programa, tendo recebido 47% do total dos recursos aplicados entre 1998 e 2001”, PEREIRA, (2008, p. 29) acrescenta que:

Entre as tentativas já realizadas no campo da EJA, o PRONERA se apresenta como um Programa que pode contribuir para reverter esse quadro, já que seu objetivo está relacionado à permanência do homem no campo e à conquista de sua autonomia enquanto cidadão consciente de seu papel social. O Projeto, sendo fruto da incansável luta dos movimentos sociais do campo, desponta no país com a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados, fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as dimensões da vida humana – econômica, social, ambiental, política, cultural e ética - e executar políticas de educação em todos os níveis de ensino.

Neste sentido, a política pública apresentada pelo PRONERA representa uma nova forma de atender as necessidades dos camponeses, sujeitos sociais da luta e conquista pela reforma agrária, construindo um novo fazer, pensar e agir pedagógico, desconstruindo a visão tradicional de política educacional, na qual o campo era e se tornava, dependente das políticas e concepções construídas na cidade e para a cidade, ou seja projetos descontextualizados que desconhecem o modo de vida e as culturas locais.

No PRONERA o campo se apresenta como um novo paradigma de educação, mediante as seguintes dimensões; emerge como bandeira de luta, conquista e resistência dos movimentos sociais; como canal de universalização e democratização do conhecimento científico e

especialmente o do campo; uma concepção de escola pautada na autonomia institucional e gestão democrática; criação, aplicação e recriação de instrumentos metodológicos relacionados a educação popular e propõe uma experiência educativa que tem como parâmetro as culturas/identidades e diversidades locais em sintonia com as questões regionais, nacionais e internacionais. Como aborda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN) e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, ambas emanadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Observando por este prisma a educação proposta para os camponeses assentados é indispensável à reconstrução de identidades locais esquecidas dos modelos educacionais tradicionais, e nesta direção o novo projeto de educação do campo ancora-se a temáticas cravadas nas cotidianidades locais em conexão com problemáticas gerais relacionados aos direitos sociais básicos.

Um projeto educacional dessa dimensão do PRONERA vai redescobrimo as experiências educativas formais e não-formais existentes no campo brasileiro de um lado, e por outro, vai apresentando um modo diferenciado de política pública que emerge das carências sociais e processos organizativos de grupos sociais que pedagogicamente vão ensinando ao Estado brasileiro a construir políticas públicas para o campo/cidade numa dimensão pedagógica inovadora e de qualidade. É como se os movimentos sociais do campo, juntamente com seus parceiros, comessem a avaliar as práticas tradicionais propostas pelo Estado e ensinassem ao mesmo a respeitá-los como sujeitos sociais-históricos capazes de pensar e formular políticas sociais mais eficientes e democráticas. Neste sentido a educação do campo constitui na contemporaneidade um debate e uma política fundamental entre vários segmentos dos movimentos sociais e dos gestores locais, regionais e nacionais. Ou seja, a capacidade de organização, criticidade, criatividade e de resistência dos movimentos sociais rurais, força os setores estatais a atenderem suas demandas o que representa um processo educativo também para o próprio Estado.

No ano de 1998 ocorreu na cidade de Luziânia-Goiás a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, além de um conjunto representativo de entidades ligadas com a problemática da educação no campo, contamos com a presença da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e da Comissão Pastoral da terra- CPT, do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST, do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, da Universidade de Brasília - UnB e da UNESCO, um compromisso dessas instituições foi o de sensibilizar e mobilizar a sociedade e órgãos governamentais para os dilemas do campo brasileiro, especialmente o direito à educação para os povos do campo que formam a população rural brasileira, como os camponeses, indígenas, pescadores, ribeirinhos, entre outros. Como publicização, visibilidade e socialização dos

debates ocorridos durante a referida conferência foram sistematizados vários Cadernos, sobre temas relacionados à educação do campo, como se expressa Arroyo (1999), em um dos Cadernos, que trata da pedagogia dos gestos como característica marcante do movimento social do campo; setores da sociedade brasileira têm aprendido com este, a entender que suas ações se expressam diferentemente dos modelos oficiais, pois, as mobilizações, os rituais, as músicas, as ocupações, as escolas o jeito pedagógico de pensar, ensinar e vivenciar o ensino têm nos obrigado a pensar e repensar como a educação do campo é tratada neste país.

Dessa forma, uma pedagogia para atender os povos do campo, precisa considera os elementos simbólicos das culturas que norteiam os modos de vida desses educandos e comunidades, especialmente, no tocante as alternativas produtivas, as suas práticas e rituais, as suas curas, festividades, temporalidades. Pois entendemos, como o autor apontou que essas vivências são marcadas por gestos, musicalidades, corporeidades, sociabilidades que vão delimitando o pensar, o fazer e o contemplar desses povos que são, por razões ontológicas, completamente diferenciadas dos universos simbólicos daqueles que habitam cidade de grande e médio porte. Negar, camuflar ou tentar silenciar tais diferenciações foi e continua sendo o grande equívoco, ausência e fracasso das políticas públicas direcionadas aos povos do campo, sobretudo a educação escolar.

Outra discussão que vai alimentando, o debate sobre uma educação do campo e não no campo, é que tal reflexão só terá sustentação se articulasse com outros setores da sociedade civil brasileira, no sentido de pensar na construção de um projeto popular para o Brasil que tenha como paradigma a democratização das esperas públicas e a construção de uma sociedade sustentável, especialmente quando pensamos no campo brasileiro frente aos novas perspectivas e avanços do modo de produção capitalista. E é óbvio que o espaço da escola posposto pelos movimentos sociais, se apresenta como um instrumento vital para vivenciar, propor e elaborar tal projeto.

O amadurecimento da proposta de uma educação do campo vai ganhando espaço em vários cenários do Brasil, tanto nos movimentos sociais rurais, em universidades públicas e em setores estatais tanto no âmbito municipal, estadual e federal, e com isso essa política pública vai ganhando mais legitimidade e praticidade, dessa forma registramos que no ano de 2001, o Conselho Nacional de educação – CNE e a Câmara de Educação Básica – CEB, através do parecer do CNE/CEB N°. 36/2001, institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; e a Resolução CNE/CEB N° 1, de 1º de abril de 2002.

Como vislumbramos a educação do campo vai cada vez mais se corporificando nas práticas dos movimentos sociais e educadores, como também na legislação brasileira, nos espaços formais, não-formais e informais de educação e nos debates e reflexões germinadas em aulas,

encontros, reuniões, seminários, etc. Foram de um lado alimentando e dando forma pedagógica e política a utopia de se ter uma educação do campo, e por outro, que essa fosse construída nos mosaicos dos próprios sujeitos sociais assistidos e que tenha como paradigma fundamental reconstruir as identidades locais, a democracia participativa, a competência e a qualidade político-pedagógica.

Outro evento de relevância que trata da educação do campo, mediante o surgimento das primeiras experiências foi em 1997 o I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária – ENERA, como o objetivo de refletir, avaliar e propor experiências e projetos que atendam as especificidades sócio-política e pedagógica do PRONERA, em especial a formação do educador. Dentre várias reflexões ocorre uma que consideramos base neste processo: desconstruir a concepção tradicional que no campo brasileiro não ocorre práticas sociais e culturas “eficientes” para serem abordadas nos manuais didáticos, o que alimentou a séculos a visão que a educação do campo deveria ser a continuidade da educação da cidade. Nesses mais variados e expressivos encontros essa problemática foi refletida e reelaborada e daí surgiu a expressão educação DO campo e não educação NO campo. Ver Caderno SECAD nº 02, 2007, p.13 do MEC, "Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas:

Para se conceber uma educação a partir do campo e para o campo, é necessário mobilizar e colocar em cheque (*sic*) idéias e conceitos há muito estabelecidos pelo senso comum. Mais do que isso, é preciso desconstruir paradigmas, preconceitos e injustiças, a fim de reverter as desigualdades educacionais, historicamente construídas, entre campo e cidade.

Pensando que esse novo paradigma de educação para o campo, tem como princípio a contextualização dos envolvidos enquanto educandos/educadores e comunidade, outra destaque é que essa educação DO campo pó si não representa uma prática pedagógica diferenciada no contexto da escola (espaço físico), mas deve ser parte de uma rede de articulação que pensa o campo como um todo, na qual a escola será uma instituição social/comunitária no seio dos assentamentos rurais.

Um desafio que está posto com os projetos educativos do PRONERA é ver o campo como território de vida e trabalho, através das práticas sociais, valores culturais e éticos e trabalho numa dimensão cultural e econômica da própria vida (visão que se diferencia completamente da concepção de vida e trabalho para aqueles que habitam a cidade) e neste sentido a educação do

campo prioriza esse território camponês e seus espaços e lugares, como instrumentos para pensar uma pedagogia que convida o camponês a pensar o mundo mediante o lugar onde pisa, come, dança, reza, trabalha, etc. Fortalecendo com isso as identidades locais e suas interfaces com as demandas globais.

PEREIRA, (2008, p.40), citando CALDART, (2004, p.21), descreve que o paradigma da educação do campo deve ser pedagogicamente tocado por uma relação dialógica, evidenciando, assim, uma nova concepção de educação que "[...] legitima na sua existência a pedagogia do oprimido, à medida que afirma os pobres do campo como sujeitos legítimos de um projeto emancipatório e por isso mesmo educativo". "A teoria da ação dialógica está embasada na colaboração, na organização e na síntese cultural, o que significa combater a manipulação através da liderança revolucionária, tendo como compromisso a libertação das massas oprimidas."

As experiências de educação do campo que, emergiram também das vivências dos camponeses organizados em movimentos sociais, foram apontando para novas perspectivas e desafios, sobretudo do ponto de vista da própria pedagogia do campo, o que sabiamente inspirou CALDART a denominar de Pedagogia do Movimento, o que fica inviável refletir neste momento, considerando a natureza deste artigo, os significados dessa pedagogia no contexto do pensamento pedagógico brasileiro e também dos movimentos sociais rurais e urbanos. E como a mesma foi fundamental para fundamentar e refletir as experiências do PRONERA.

Referências

- o ANDRADE, Márcia Regina, DI PIERRO, Maria Clara, MOLINA, Mônica C. e JESUS, Sonia Meire A. de. (org.) **Uma avaliação do programa nacional de educação na reforma agrária**, São Paulo: Ação Educativa, PRONERA 2004.
- o ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma educação básica do campo: a educação básica e o movimento social no campo**. V. 2. Brasília, 1999.
- o BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação básica do campo: projeto popular e escolas do campo**. V. 3. Brasília, 1999.
- o OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Leitura freireanas sobre educação**. In: FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). Série Paulo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- o SOUZA, Maria Antonia. **Educação do campo** – proposta e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

- o KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (org.). **Por uma Educação do Campo:** identidade e políticas públicas. V. 4. Brasília: 2002.
- o CERIOLI, Paulo Ricardo; KOLLING, Edgar J. (org.). **Educação do campo:** identidades e políticas públicas. Coleção por uma Educação do Campo. V. 4. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002.
- o PEREIRA, Fabíola Andrade. **A Educação de pessoas jovens e adultos e a cidadania no campo: um olhar sobre o PRONERA norte de Tocantins**, Dissertação de Mestrado, 2008- PPGE- João Pessoa-PB
- o MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.
- o DI PIERRO, Maria Clara; ANDRADE, Márcia Regina. **PRONERA:** dados básicos para uma avaliação. São Paulo: Ação Educativa, 2004.
- o CALDART, Roseli. **Pedagogia do movimento sem terra.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- o MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do Campo:** diferenças mudando paradigmas. Caderno n. 2. Brasília, março de 2007.
- o NETO, Luiz Bezerra. **Sem-terra aprende e ensina:** estudo sobre as políticas educativas dos movimentos dos trabalhadores rurais. Campinas: Editores Associados, 1999.
- o KOLLING, Edgar; NERY, Israel; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação básica do campo.** V. 1. Brasília, 1999.
- o SILVA, Severino Bezerra da. **Assentamentos rurais- territórios de conflitos e sociabilidades camponesas.** Tese de doutorado 2003- PUC-SP
- o UNESCO-CEEAL-CREFAL-INEA. **Séptima Reunión Del Comitê Regional Intergubernamental Del Proyecto Principal de Educación em América Latina y El Caribe – Documento de Trabajo – Balance de los 20 años Del Proyecto Principal de Educación em América Latina y El Caribe.** Santiago de Chile, Mayo de 2000.